

**INTENCIONALIDADE E SIGNIFICADO: A *PLENITUDO POTESTATIS PAPALIS*
SEGUNDO PEDRO DE JOÃO OLIVI (1279-1281)**

TIAGO VIEIRA DE MELO*

Roma, meados de 1279, uma comissão convocada pelo papa Nicolau III (1277-1280) se reunia para dar início aos trabalhos de uma nova interpretação da regra franciscana. Tal interferência papal visava reconciliar os monges que estavam interpretando de diversas formas diferentes o concito de pobreza proposto inicialmente por Francisco de Assis (1182-1226). Desde o surgimento da Ordem dos Menores, diversas interpretações de pobreza conviviam em desarmonia, sendo esta causada (segundo a bibliografia consultada) pela inserção de indivíduos de diversos grupos sociais daquela época, sendo que cada um trazia para os demais uma interpretação diferente² de tal termo.

Entretanto tal desarmonia causava muito desconforto no clero da época, pois a Ordem dos Menores passou por um crescimento exponencial desde o seu surgimento, e estava se tornando uma das mais importantes da cristandade Latina. Para remediar tal situação, o papa Nicolau III³ interferiu ativamente na mesma, assinando em quatorze de agosto de 1279 a bula *Exiit qui Seminatur*. Tal bula papal consistia em uma tentativa de pacificação interna da ordem, entretanto isso não quer dizer que o papa estava interferindo na questão de modo arbitrário. Ele apenas entrou em acordo com os líderes dos menores para a criação de uma comissão responsável por uma nova interpretação da Regra.

Dentre os principais membros de tal comissão responsável pela *Exiit qui Seminatur* estão inclusos: “dois cardeais franciscanos – Bentivenga e Jerônimo de Ascoli, ex-ministro-geral –, dos ministros-provinciais da França e da Irlanda, além de Benedito Caetano, futuro papa Bonifácio VIII e [...] Pedro de João Olivi” (FALBEL, 1995:109). Os trabalhos de tal comissão resultaram em um sólido argumento jurídico/teológico normatizador do conceito de *usus pauper* (uso pobre) dos bens materiais que são necessários para o trabalho (sendo neste caso o trabalho missionário de pregação do evangelho) e a vida dos frades menores. Foi feita a distinção entre **posse** e **uso**, pois utilizar os bens necessários a vida é diferente de possuí-los.

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em pesquisa financiada pela CAPES.

² Diferenças estas causadas pelas experiências de vida de cada um, e a forma com que foram educados por suas famílias.

³ Que havia sido protetor da ordem dos menores desde 1261.

Já que os monges não possuem os bens que utilizam, tal propriedade foi legada ao domínio eclesiástico. E além desta distinção, o texto exemplifica os bens que os monges devem utilizar e o limites para que tal uso não se torne em abundância e riqueza, que são os antônimos da palavra pobreza. Um detalhe importante de tal texto é que em sua parte final, nos é dito que tal interpretação da Regra “devia ser assim entendida sem glosa, e ameaçava com excomunhão aqueles que ousassem escrever ou falar contra a Regre e os frades menores e sua profissão” (FALBEL, 1995:109).

Contudo, Falbel nos diz que a bula *Exiit qui Seminatus* teve o efeito momentâneo de anular as hostilidades advindas de fora da Ordem Menorita, porém, nem todos os Menores concordavam com tal interpretação do conceito de *usus pauper*, sendo considerado por muitos como um sentido extremo. Já alguns monges Rigoristas (ou Zelantes) não ficaram satisfeitos com tal interpretação, uma vez que procuravam praticar uma pobreza muito mais rigorosa que a proposta. Percebe-se que tal bula papal foi como um meio termo entre a interpretação “liberal” e a “radical” da pobreza professada e praticada na Ordem.

Concomitantemente a tais eventos, um monge minorita se destacava no panorama teológico do Ocidente Medieval, seu nome é Pedro de João Olivi (\cong 1248-1298). Como foi visto anteriormente, Olivi participou ativamente da comissão responsável pela criação da *Exiit qui Seminatus*, elucidando e expondo sua forma de ver a pobreza, que o mesmo acreditava ser a espinha dorsal de sua Ordem, e não somente isso, mas especialmente como sendo um dos valores fundamentais do cristianismo, pois seria o máximo exemplo de santidade, uma vez que segundo a tradição cristã, Jesus havia nascido pobre. E como o mesmo é filho (e o próprio Deus, ou pelo menos uma parte dele), considerava tal conceito de pobreza como sendo o máximo exemplo de perfeição e de pureza, digna do próprio Deus.

E não paramos por aí, pois tal era a importância desta virtude divina, que a questão do *usus pauper* era utilizada por Olivi como uma linha demarcatória do que era correto e do que era incorreto na vida prática, quase como uma lente pela qual se poderia enxergar o mundo, e ver se ele estava corrompido ou puro, dependendo de sua aplicabilidade na sociedade cristã. A própria igreja mereceu críticas por parte de Olivi, que via com maus olhos o seu progressivo enriquecimento, e tal fato (que se acelerou nos séculos seguintes) significaria o corrompimento da *Ecclesia Carnalis*, transformando-a em algo horrendo que resultaria na consumação do apocalipse segundo os textos bíblicos.

Assim sendo, percebamos que não só a questão do *usus pauper* era importante para Olivi, mas também a fidelidade ao texto bíblico, excepcionalmente no que diz respeito aos evangelhos. Porém Olivi mostra conhecimento e correlaciona passagens dos textos do Novo Testamento com os do Antigo, quando as analogias dos acontecimentos tratados lhe pareciam convenientes. O papado não foi uma exceção, pois como parte fundamental da cristandade, devia-se seguir rigorosamente os ensinamentos evangélicos, especialmente no que tange à aplicabilidade diária do *usus pauper*.

Olivi compôs uma grande quantidade de documentos, dos quais se enquadram em diversas categorias (sendo estas, uma convenção que visa melhor mapear a natureza de seus escritos): textos Filosóficos, **Teológicos, Espiritualidade e Franciscanismo e Ascética e Mística**. Porém, para este trabalho, iremos nos concentrar exclusivamente em sua *Lectura Super Matthæum* escrita por Olivi no período de 1279 a 1281, e o seu conteúdo é composto quase que exclusivamente na discussão a respeito da teoria Oliviana da *Plenitudo Potestatis Papalis* (pelo menos o é na parte analisada).

É importante frisar que tal texto analisado não é completo, e segundo Marinalva Silveira Lima, se deve ao fato de o mesmo ser fragmentado e incompleto. Tivemos acesso ao comentário do capítulo XVI do evangelho de Mateus através da obra de Marinalva Silveira Lima, onde ela obteve o texto (em Latim) na página eletrônica do Professor David Burr, cujo manuscrito original está localizado em Oxford (New College, cod. B. 49), o qual foi copiado ao final do século XIV. Tal documento encontra-se dividido em duas colunas e contém 158 fólios, sendo que a numeração compreende da 105ra à 108rb. (LIMA, 2011:21). Texto este que foi traduzido do Latim para o Português pelo Prof. Dr. Alexandre P. Hasegawa do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

Tendo apresentado um importante evento da história da Ordem e da vida de Olivi, acontecimentos estes contemporâneos à escrita da *Lectura Super Matthæum*, torna-se necessário o esclarecimento da metodologia que iremos utilizar. Tal metodologia consiste na análise dos signos linguísticos e suas significações levando-se em consideração as figuras de linguagem comumente utilizadas pelos teólogos em fins do século XIII, bem como do estilo retórico e especialmente a respeito dos significados hermenêuticos utilizados por Olivi e obtidos da análise de seus escritos, analisados juntamente com duas categorias de intencionalismo: o forte (que seria a intenção do autor que o levou a redigir tais textos), bem

como fraco (que neste caso seria o intencionalismo captado por seus leitores, bem como suas próprias leituras futuras de tais textos). E para que isso seja possível, teremos que partir do método analítico da história das ideias baseadas no trabalho de Mark Bevir, aliado ao método contextualista histórico de Quentin Skinner.

O importante é analisarmos também a forma com que Olivi compunha seus textos, e a sua forma de trabalho no que diz respeito ao seu trabalho. Aqui considero que seus textos são uma extensão de seu ofício: a pregação evangélica. Tal exercício de escrita poderia servir para preservar sua forma de pensar e a fazer circular pelo mundo cristão, uma vez que Olivi estava comprometido a espalhar a sua “verdade” a respeito do conceito da *paupertas* franciscana, que seria sinônimo da máxima perfeição evangélica. A mesma perfeição divina que Jesus Cristo trouxe para o nosso mundo, e que o Francisco de Assis teria a recordado, uma vez que segundo Olivi a cristandade havia se afastado de tal valor fundamental.

Como resultado de tal questão ligada ao *usus pauper*, Olivi conseguiu amealhar muitos opositores ao longo de sua vida. Neste momento em específico, Falbel nos diz que em 1282, um ano após a escrita da *Lectura Super Matthæum*, seus adversários ao criticar os seus textos levaram-no a condenação. Tal crítica e posterior condenação se deu nos trabalhos durante o Capítulo de Estreasburgo:

Muitos de seus escritos sofreram críticas, e o capítulo, não querendo julgar sozinho a doutrina exposta neles, encarregou o ministro-geral Bonagrazia de levar o exame de tais obras a um conjunto de teólogos de Paris. Em 1283, Bonagrazia se dirigiu até aquela cidade, onde, mesmo sem a presença de Olivi, os teólogos condenaram seus escritos. Tal condenação parece ter sido arbitrária, pois não se deu a Olivi a oportunidade de defesa. Dois documentos marcam a publicação da condenação das doutrinas de Olivi. O primeiro é um conjunto de 34 proposições, extraídas textualmente dos escritos de Olivi, conhecido como Rotulus (que seria um longo pergaminho). O outro documento é a chamada carta dos Sete Selos, na qual se encontram formuladas 22 proposições contrárias àquelas que foram condenadas e que deviam estar submetidas à assinatura de Olivi e seus discípulos. Os teólogos também determinaram que os escritos de Olivi fossem recolhidos e que sua leitura fosse proibida a todos os frades. (FALBEL, 1995:126-127)

O importante aqui é que percebamos o quanto o conteúdo dos textos de Olivi foi debatido por seus irmãos minoritas. E segundo a bibliografia consultada para a realização de tal trabalho, o ponto principal de discórdia em seus textos está relacionado com a famosíssima questão do *usus pauper*, tal questão estava atrelada além da estrita prática da pobreza que Olivi defendia a universalidade de tal prática não somente para os Menores, mas também para todo o cristianismo. Aqui se entende o cristianismo não como uma igreja uma, mas como o

conjunto de todos os cristãos, o povo de Deus, e o dever de os mesmos de seguirem o seu principal fundamento: a pobreza.

Um ponto de nossa metodologia está baseado no estudo de documentos dos leitores e consequentes críticos/apoiadores de tais textos – o intencionalismo fraco. Porém, após uma ampla pesquisa realizada na internet, percebemos um problema quase insuperável. Tais textos específicos, especialmente os de crítica à Olivi não estão disponíveis para download ou visualização. As únicas informações conseguidas em tais circunstâncias estão intimamente ligadas à bibliografia base para a construção deste trabalho. O exemplo citado anteriormente reflete esta triste realidade.

Sabemos da crítica e condenação do conteúdo dos textos de Olivi, sabemos até o nome dos documentos onde tal condenação está contida. Porém, a bibliografia (consultada por mim, caso exista outra, eu especialmente a desconheço) não nos traz o conteúdo de tais documentos, muito menos uma análise detalhada dos mesmos. Se resumem a uma análise geral de tais obras. Tendo em vista tais limitações, a intenção original de se trabalhar o intencionalismo fraco da teoria de Bevir fica muito limitada, e praticamente impossível de praticar de forma correta. Então iremos trabalhar exclusivamente com o intencionalismo forte, ou seja, o que Olivi estava querendo dizer ao escrever a sua *Lectura*.

É importante conhecermos o estilo retórico/literário exegético que foi utilizado por Olivi. De todo o arcabouço exegético existente na ordem minorita na segunda metade do século XIII, os métodos de Olivi, segundo Lima, possuem um forte apego ao sentido literal histórico dos textos bíblicos e a consequente centralidade da figura histórica e religiosa de Jesus Cristo. Olivi se baseia em diversos exegetas medievais famosos de seu tempo, além de importantes filósofos em grande medida da tradição Patrística, tendo citado de forma contínua pensadores como Jerônimo, Crisóstomo e Agostinho.

Reconhecendo tal estilo exegético, podemos entender o quão era central a questão do *usus pauper* para Olivi. Uma vez que tal questão foi posta em prática por Cristo, constituía desta forma, uma questão de importância central no mundo cristão. A perfeição evangélica segundo Olivi se pautava na observância estrita à prática da pobreza. Existem vários trechos bíblicos que fazem referência a este fato: “Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus” (Mt 5.3); “O Espírito do Senhor repousou sobre mim, pelo que ele me consagrou com a sua unção, e enviou-me a pregar o evangelho aos pobres, a sarar aos quebrantados de coração” (Lc 4.18); “Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há-de

aborrecer um, e amar outro, ou há-de acomodar-se a este, e desprezar aquele. Não podeis servir a Deus, e às riquezas” (Mt 6.24); etc..

Desta forma, Olivi acreditava que com o passar do tempo, os sucessores dos primeiros apóstolos de Cristo foram aos poucos esquecendo tais ensinamentos, e desta forma o cristianismo foi se corrompendo. E para sanar tal corrompimento de sua igreja, o Senhor enviou o bem aventurado Francisco de Assis para lembrar-lhes o seu comprometimento com a pobreza e o que ela representava para Cristo. Percebamos assim que tal questão era central e muito caro ao pensamento de Olivi.

Partiremos agora para a análise da *Lectura Super Matthæum*, onde observamos que Olivi “atribui uma imensa autoridade e muito grandes poderes ao papa”, como verificamos nos trechos tratados a seguir, mas não deixou de ressaltar que tal poder tinha limites, na medida em que o Sumo Pontífice não poderia contradizer a lei de Cristo. Por outro lado, o franciscano não afirmou a *potestas* universalíssima do Sumo Pontífice, uma vez que o papa não pode fazer tudo o que lhe convém. Desse modo, o poder papal está limitado à esfera espiritual e, mesmo nessa esfera existem limites (LIMA, 2011:116-117 e 119). Tal reconhecimento de poder fica evidente no trecho transcrito a seguir, pertencente à *Lectura Supper Matthæum*:

[...] Respondendo Simão. Crisóstomo diz que quando Cristo interroga [os apóstolos] a respeito da opinião do povo, todos respondem, mas ao [perguntar-lhes sobre] o pensamento deles, Pedro responde como se fosse a boca dos apóstolos, e a cabeça responde por todos. E observa que das maneiras que se lê Pedro ter tido com Cristo e Cristo com Pedro é patente que Pedro sobressaía aos demais em certa autoridade, firmeza e fervor da fé e do amor a Cristo, de tal modo que isto era evidente entre eles. Cristo ainda estava junto a ele, como o primeiro, e por isso Pedro o mais das vezes, fala por todos não só por causa de um fervor maior, mas também por causa de certa imagem de autoridade que tinha entre eles.

Tu és o Cristo, etc. Confessa o dever dele, a dignidade real e pontifical, e o respeito dele à lei e aos profetas, dizendo: tu és o Cristo, porque messias em hebraico é o mesmo que cristo em grego e ungido em latim. E era, junto aos judeus, o nome dos ungidos para reis e pontífices, e por autonomasia era o nome daquele que a lei e os profetas prometiam como salvador dos judeus e de todo mundo que haveria de vir. [...] (LIMA, 2011:159-160).

Neste trecho, percebe-se que Olivi descreve que segundo os evangelhos, Pedro se sobressaía perante os demais, sendo ele o único a responder a uma pergunta que Cristo faz a todos os apóstolos, sendo assim, ele responde por todos. No segundo parágrafo do documento acima, Olivi salienta a dignidade real⁴ e pontifical de Jesus e faz uma explicação sobre a

⁴ No primeiro capítulo do livro de Mateus, é descrito o livro de geração de Jesus Cristo, onde se destacam personagens famosos como por exemplo Davi, um importante monarca judaico.

palavra Cristo. Assim, Cristo que possui estirpe real, seria o responsável de livrar o seu povo da opressão romana, o salvador dos judeus. Continuando seu raciocínio, Olivi dá continuidade a tal interpretação presente em seu comentário:

*Respondendo, porém, Jesus, etc. Nesta resposta, Cristo louva Pedro, primeiramente pela clareza e sublime origem da sua fé, dizendo, **Porque [não foi] a carne**, etc; em segundo lugar, pela solidez da sua fé, dizendo, **Tu és Pedro**; em terceiro lugar, pelo alicerce de toda igreja ou edifício eclesiástico, dizendo, **e sobre esta pedra**; pela vitória triunfal aí, **Portas do inferno [não prevalecerão]**; em quinto lugar, promete-lhe aí a maior e singular autoridade de ligar e dissolver ou de fechar e abrir, **E te darei**. Observa, porém, que Cristo louva o testemunho de Pedro, primeiramente, para incitar mais todos à firmeza (106vb) e ao amor à fé; em segundo lugar, para maior confirmação do testemunho prometido; em terceiro lugar, para mostrar a preexcelência da fé e do claro testemunho dele, e para mostrar quão agradável é a Cristo; em quarto lugar, para maior manifestação e condigna recomendação da fé de Pedro. Pois disso se mostra de quão elevado e quão notável coração manou o anunciado testemunho de Pedro. Em quinto lugar, para mostrar como Cristo, diante do Pai, dará testemunho do céu daqueles que firmemente dão testemunho dele. Em sexto lugar, para mostrar que assim como a mente se encontra junto a Deus, assim Deus junto a ela. Daí quanto mais ardorosamente alguém se dirige a Ele, tanto mais Deus atira-se-lhe mais poderosamente, e tanto mais o aceita e o engrandece, e sobretudo se são para um elevado estado ou dever de elevar, assim como era Pedro. Em sétimo lugar, para que o singular governo que deve ser dado a Pedro mais que a todos tomasse origem e promulgação da boca de Cristo. [...] (LIMA, 2011:161-162).*

No trecho transcrito acima, Olivi reconhece que a liderança de Pedro perante os demais apóstolos era um fato, Jesus reconhece a sua fé, e o mais importante, reconhece Pedro como o “alicerce de toda igreja ou edifício eclesiástico”. Além disso, segundo a explicação dada por Olivi, Jesus ao reconhecer a firmeza da fé de Pedro, espera que ele repasse tal firmeza para os seus subordinados, bem como seguir o amor e a fé que o exemplo primeiro seria o do próprio Cristo. Ou seja, é Cristo que dá a autoridade que Pedro possui para coma a sua Igreja, o próximo trecho de seu comentário é importantíssimo para a nossa análise:

E as portas do inferno não prevalecerão contra ela, isto é, não puderam atrair a si, realmente, nenhum filho da Igreja, fundada em ti, como se dissesse [que] todos os verdadeiros filhos dela serão salvos de tal modo que não atravessarão as portas do inferno. Ou pelas portas do inferno podem ser entendidos os demônios ou todos aqueles príncipes da malícia e do erro, como foram os tiranos e heresiarcas, porque por meio deles outros entram na associação dos maus, assim como pelas portas o homem [entra] na cidade. Ou, segundo Jerônimo, pelas portas podem ser entendidos os vícios e, mormente, os principais ou capitais. Ou, segundo Rábano. As portas são os tormentos e lisonjas dos perseguidores e as perversas obras e conversas dos infiéis, porque mostram o caminho da perdição. Portanto, o sentido é que nenhuma condenação ou tentação prevalecerão sobre ela. Porém, segundo Orígenes, isto pode referir-se tanto a Pedro quanto à Igreja, porque contra nenhum dos dois as portas dos infernos prevalecerão. Cirilo por sua vez, diz que assim como Cristo prometeu, assim a igreja de Pedro permanece imaculada de toda sedução, com relação a todos os comandantes, episcopos, superiores e prelados das igrejas, em seus pontífices na mais forte fé e autoridade de Pedro. E embora outras igrejas, em seus pontífices na mais forte fé e autoridade de Pedro. E embora outras igrejas

tenham tido respeito pelo erro de alguns, esta igreja sempre permanece fortalecida, tapando todas as bocas dos heréticos. [...] (LIMA, 2011:164).

Olivi no trecho acima reflete sobre a pureza da igreja, salientando que as portas do inferno não prevalecerão sobre ela, e isto significa a entrada do erro e tentação pelas quais os demônios tentam corrompê-la, porém tentam sem sucesso, pois ela não pode ser maculada, permanecendo sempre santa e pura. A igreja iria sempre calar a boca dos heréticos, defendendo assim a sua pureza, a heresia poderia advir de qualquer lugar, mas seria suprimida pelo organismo eclesiástico naturalmente.

E te darei as chaves do reino dos céus, isto é, [dá] a plena autoridade sobre a igreja que se diz reino dos céus e plena autoridade de conduzir a alma à vida eterna, que propriamente se diz reino dos céus. Porém, esta autoridade significa pelas chaves, porque o poder ou jurisdição sobre a cidade ou a casa costuma ser dado aos homens por transmissão das chaves da casa ou da cidade. E porque por meio da chave se abre e fecha aos que entram em casa, diz então a ti singularmente para que mostre que só a este e aos sucessores dele confiou a maior e singular autoridade. Porém, por que Cristo quis que fosse uma só cabeça de toda igreja, tem ele muitas notáveis razões, que, porque [as] apresentei em outro lugar, aqui omito. Porém, segundo Rábano, por estas chaves entendem-se o poder e o discernimento. O poder com que liga ou desliga; o discernimento com que discerne os dignos ou indignos. [...] (LIMA, 2011:164-165).

Com este fragmento, Olivi reconhece o poder do papa⁵ de separar os “dignos” dos “indignos”, pois ele possui as chaves do reino dos céus. E aí vem outra interpretação, se o papa possui tal poder, só podem usufruir do reino dos céus as pessoas alinhadas ao mesmo, ou seja, a todos os cristãos que reconhecem a sua liderança suprema dentro da Igreja. Neste ponto, percebemos que Olivi legitimou ao papa um enorme poder, o que é meio contraditório aos nossos olhos, pois com tais poderes, é de se supor que sua *plenitudo* é universal e absoluta. Justamente contra esta opinião ele argumenta posteriormente, pois o papa não pode contrariar os evangelhos, o texto bíblico é o que delinea os seus poderes e seus limites. Para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho, vamos dar continuidade ao comentário de Olivi:

[...] Mas ainda contrariamente parece ser isto: que na morte de Cristo o sol obscureceu contra a natureza, embora fosse lua no décimo quinto, e isto foi conhecidíssimo dos judeus. Deve-se dizer que no signo que eles queriam entendiam que Cristo se exaltaria e glorificaria diante deste, assim como há de fazer o Anti-Cristo, e assim como esperam o futuro messias. E em relação a isto diz Cristo que de nenhum modo isto ocorrerá, mas antes [sucederá] o oposto, não só porque mereceram ficar cegos, mas também porque Cristo viera para ser humilhado e morto, e não para ser temporalmente exaltado enquanto aqui vivesse. E por isso o

⁵ Eleito como autêntico sucessor de Pedro.

sinal de sua paixão teve de preceder os sinais de sua ressurreição e glória. [...]
(LIMA, 2011:152).

Olivi deixa claro que Jesus tinha como missão guiar espiritualmente o seu “rebanho”, e não ao poder temporal, pois mesmo sendo de estirpe real, ele veio ao mundo para ser humilhado e morto e não para ser temporalmente exaltado. Assim, se Jesus não ambicionou possuir qualquer poder temporal, como poderia ele repassar tal poder a Pedro? Olivi deixa claro que o papa não possui legitimamente para reclamar o poder temporal, apenas espiritual. Porém, Olivi se vale de analogias bíblicas para nos mostrar que tal realidade eclesiástica existente é corruptível eis tal trecho de seu comentário:

*[...] Do fermento dos fariseus e saduceus, isto é, da antiga, corrompida e corruptível doutrina deles, conforme aquilo [que está escrito] no quinto capítulo da primeira [epístola] aos Coríntios, pouco fermento corrompe toda a massa. Expurgai o antigo fermento e depois comamos não no antigo fermento nem no fermento da malícia e da maldade, etc. Disso observa como o próprio Cristo interpreta ora no bom [sentido], ora no mau, porque acima, no décimo terceiro capítulo, tomou o fermento no bom [sentido]. Pois assim como o fervor da caridade e da sabedoria de Deus atrai o povo a si, assim também o fervor da malícia e do erro modela o povo a si. Observa ainda que em Marcos se acrescenta, **E do fermento de Herodes.***

*Porém sabendo Jesus, a saber, os pensamentos deles. De pouca fé, então porque pensavam a respeito dele e da palavra dele carnalmente, como se ele tivesse necessidade de pães, e como se ensinasse que fossem pedidos a respeito de coisas carnis, e como se temesse alimentar-se e beber com as comidas dos fariseus. Mas por que Cristo lhes disse assim obscuramente, **Acautelai-vos do fermento dos fariseus.** Pode-se dizer primeiramente que disse isto para que tivesse ocasião de mostrar-lhes que ainda não compreendiam a virtude dele pela qual multiplicara os pães. Daí o mesmo lhes diz, **Ainda não entendeis nem concordais dos cinco pães,** etc. E no capítulo sexto de Marcos, quando narra como se espantavam porque **o viram andar sobre o mar,** acrescenta, **Pois não entenderam a respeito dos pães, pois o coração deles estava obscurecido.** Em segundo lugar, disse isto para que, sob a espécie do fermento notem, de modo mais sensível, a força perniciosa da doutrina dos fariseus. **Ainda não entendeis nem recordais,** etc. Glosa: **nem o mistério (106ra) entendeis nem a virtude do milagre sobre os pães tendes na memória.** E segundo Jerônimo, dizendo **por que não entendeis,** ensina-lhes ocultamente o que significam cinco pães e sete pães de que se alimentaram os homens. Se, pois, o fermento dos fariseus e saduceus não significa o pão corporal, mas as tradições perversas e as dogmas heréticos, por que os alimentos com que se nutriu o povo de Deus não significam a verdadeira e íntegra doutrina? [...]* (LIMA, 2011:154-155).

Neste trecho, ao falar dos fariseus e saduceus, Olivi se refere aos sacerdotes da religião mosaica que eram contemporâneos a Cristo. Porém, podemos facilmente realizar a transposição de tal postura em relação à Igreja Romana. Servia de certa forma como uma advertência de que se não tomassem cuidado com relação aos dogmas heréticos, a própria Igreja Romana poderia se corromper. Neste ponto temos que fazer uma ressalva, em seus trabalhos posteriores, Olivi considera a Ordem dos Menores como a representação perfeita da

Igreja de Cristo, então, desde que exista uma Igreja verdadeira, a outra pode correr o risco de se corromper.

Para evitar tal corrupção, no pensamento de Olivi, a Igreja deveria se ancorar firmemente na observância estrita dos evangelhos existentes no texto bíblico. Eles representavam as aspirações originais do Cristianismo, da mesma forma que a *Regula bullata*, juntamente com a observância dos evangelhos, foram as aspirações originais dos menores.

Como podemos perceber, Olivi reconhecia a existência e a importância do papado para a cristandade, entretanto ele tinha um poder limitado, tal limite é dado pelo princípio do *usus pauper* (que em sua opinião era um dos princípios básicos do Cristianismo) existente nos textos sacros (especialmente os evangelhos), que deviam ser integralmente observados, como o próprio conceito de pobreza, que em última instância era genuinamente evangélico. Um período de aproximadamente doze anos depois, Olivi, em seu Comentário ao Apocalipse, cita que ao ultrapassar estes limites, o papa seria considerado como um herege, sendo necessária a sua substituição.

Neste momento nos deparamos com uma questão muito instigante: Por que Olivi começa a tratar deste tema justamente neste momento? E principalmente, quais são as prováveis causas que o impeliram a realizar uma defesa tão efetiva do papado, além de uma delimitação de seu poder? Para responder a tais questões devemos retornar ao princípio deste trabalho, onde o papa Nicolau III interveio na Ordem para garantir a paz entre os monges que professavam opiniões diferentes a respeito da pobreza.

Neste contexto, tendo em vista que o próprio teor da *Lectura Super Matthæum* nos revela que Nicolau III nutria certa afetividade para com os monges rigoristas, porém não era exatamente a favor da observância estrita dos textos defendidos pelos rigoristas mais radicais, a saber: *Regula Bullata*, *Regula non Bullata* ou o *Testamentum* que Francisco de Assis legou a mesma. A *Regula Bullata* já seria o suficiente, uma vez que ela é o único documento dos três que foi aprovada pela Santa Sé no ato de criação da Ordem, e a mesma contém o princípio básico teórico da aplicabilidade do modo de vida ideal para o minorita.

Segundo Falbel, o papa Nicolau III ocupou o cargo de protetor dos menores desde o ano de 1261, entretanto não consta até quando ocupou tal cargo. O que se percebe é que Nicolau III possuía uma vivência com os menores, tendo conhecimento a respeito das querelas internas que desestabilizavam esta importante Ordem monástica. Assim sendo, é

possível que Olivi tenha visto esta intervenção de forma positiva, uma vez que era uma autoridade que possuía a legitimidade de seu cargo, além de seus esforços pacificadores.

Segundo a bibliografia, diversos monges ficaram descontentes com tal intervenção papal, e o principal motivo de tal descontentamento é a imposição de uma conceitualização de pobreza e exemplificação da mesma. Um conceito de pobreza muito brando se considerarmos os dois opostos: os monges mais “liberais” e os monges mais zelosos com uma interpretação de pobreza mais “radical”. Pode-se imaginar que tal bula papal descontentou a muitos minoritas, e é justamente aí que se percebe o papel desempenhado pela *Lectura Super Matthæum*: que seria apoiar o legítimo representante de Cristo na Terra, o sucessor direto do Apóstolo Mateus, o qual recebeu várias confirmações de sua liderança frente aos demais apóstolos como já foi tratado anteriormente.

Olivi justifica tal poder superior, mas por motivos de bom senso impõe limites precisos ao poder de tal autoridade. O evangelho é o fio delineador do que um pontífice pode ou não pode fazer. Neste caso específico, Nicolau III estava interferindo na Ordem para reestabelecer a paz e acabar com a discórdia interna a respeito da pobreza. Tal aposta foi de reunir os principais teólogos franciscanos da época para que elaborassem uma interpretação capaz de convencer a todos, não deixando de lado a pobreza em seu sentido mais estrito: o de não possuir bens materiais.

Um pontífice legítimo estava defendendo a principal virtude evangélica: a pobreza. Segundo Olivi, este é o que se espera de um papa, a preservação dos princípios evangélicos do cristianismo. Mas havia opositores a tal papa, que questionavam sua legitimidade de interferência na mesma e especialmente a conceitualização de *usus pauper* que tal bula trazia. Estes são os opositores de Olivi, e possivelmente é a eles que Olivi se opôs ao criar tal texto. Vários outros se seguiram à *Lectura Super Matthæum*, dentre os quais podemos citar: *Quaestio de Votis*; *De perfectionibus Summi Pastoris* e a *Quaestio de Infallibilitate Pape*.

Tal temática se tornou especialmente cara à Olivi anos mais tarde, quando o recém empossado como bispo de Roma⁶, o papa Celestino V abdicou ao trono de São Pedro no dia 13 de dezembro de 1294. Ato este que foi justificado por Olivi como legítimo ao papa, pois o mesmo embora seja o chefe da Igreja escolhido por Deus para governá-la possuía também o

⁶ Tal bispado “romano” estava localizado neste período histórico na região de Avignon (local atualmente conhecido como palácio dos papas), localizado ao sul do reino capetíngio.

livre arbítrio e através dele, escolher o que é melhor para a Igreja de Cristo. Esta é apenas a principal justificativa utilizada por Olivi, o que não é o nosso foco com o presente trabalho.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Verônica Aparecida Silveira. *A construção da norma no movimento Franciscano: Redgulæ e Testamentum nas práticas jurídicas mendicantes (1210-1323)*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2010.

BEVIR, Mark, *A lógica da história das ideias*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa, Bauru, SP: Edusc, 2008.

BOLTON, Brenda. *Innocent III: Studies on Papal Authority and Pastoral Care*. Great Yarmouth, Great Britain: Variorum, 1995.

BURR, David. *Olivi and Franciscan poverty: the origins of usus pauper controversy*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

FALBEL, Nachman. *Os Espirituais Franciscanos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira de (trad.). *Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. São Paulo: Didática Paulista, 2007.

LIMA, Marinalva Silveira. *A Lectura super Matthæum de Pedro de João Olivi (ca. 1248-1298): estudo sobre a interpretação do Evangelho segundo Mateus, capítulo 16, e seus desdobramentos para a teoria da plenitudo potestatis papalis*. São Paulo: dissertação de mestrado, 2011.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. *A TRAJETÓRIA E A OBRA DE PEDRO DE JOÃO OLIVI (C. 1248-1298): FUNDAMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PENSAMENTO FRANCISCANO*. Scintilla, v. 4, p.: 75-108, jul/dez. Curitiba: 2007.

MERLO, Grado Giovanni. *Em nome de São Francisco: história dos Frades Menores e do franciscanismo até inícios do século XVI*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RUIZ, Carlos Mateo Martinez. *Pedro de Juan Olivi: Opúsculos*. 1º ed. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2005.

SOUZA, José A. de C. R. de (trad.). *PEDRO DE JOÃO OLIVI OFM (1248-1298): TRÊS QUÆSTIONES QUOLIBETALES SOBRE O PODER PAPAL NA ESFERA TEMPORAL*. Ver. Ttim., v. 36, p.: 075-092, Março. 2006.